1

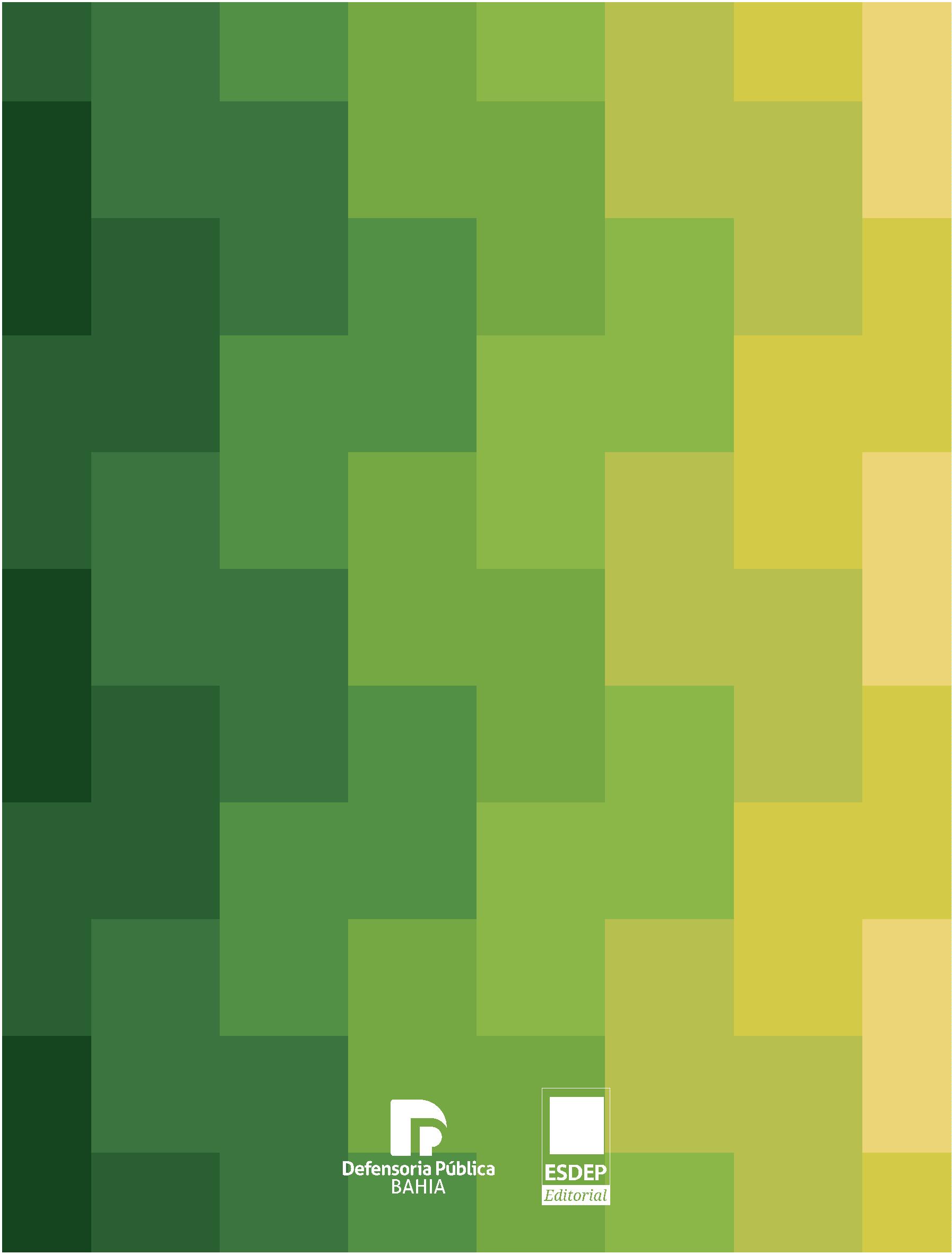
3 medidas para a

redução das

intervenções policiais

com resultado morte

no Estado da Bahia



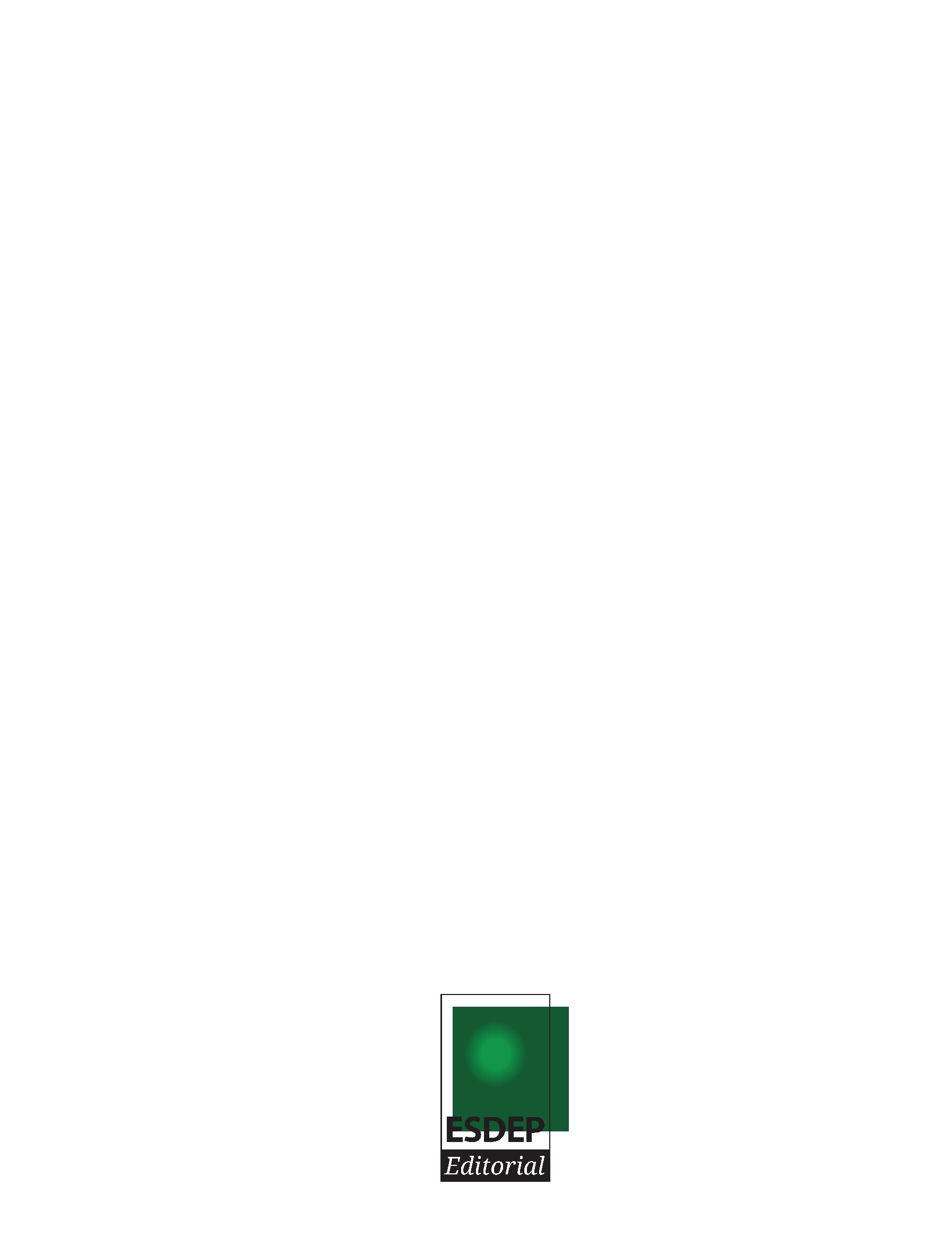
1

3 medidas para a

redução das intervenções

policiais com resultado

morte no Estado da Bahia



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais

com resultado morte no Estado da Bahia

Copyright© 2022 Defensoria Pública do Estado da Bahia

Permitida a reprodução de qualquer parte desta

edição, desde que citada a fonte.

Projeto gráﬁco: Lucas Josué Dias - Designer ASCOM DPE/BA

Diagramação: Antonio Felix - Designer ASCOM DPE/BA

Coordenação Editorial e de Produção:

Assessoria de Comunicação Social DPE/BA

Tiragem: 1ª edição (exemplar único)

D313t

BAHIA. Defensoria Pública do Estado

Treze medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no

Estado da Bahia / Defensoria Pública do Estado da Bahia. - 1ª ed. - Salvador: ESDEP,

2022

2

8p.: il

1

. Defensoria Pública. 2. Abuso de autoridade. 3. Violência policial. I.

Título.

CDD 341.53322

Ficha catalográﬁca: Adriana Vasconcelos Conceição – CRB/5: 1885/O

Defensoria Pública do Estado da Bahia

www.defensoria.ba.def.br

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

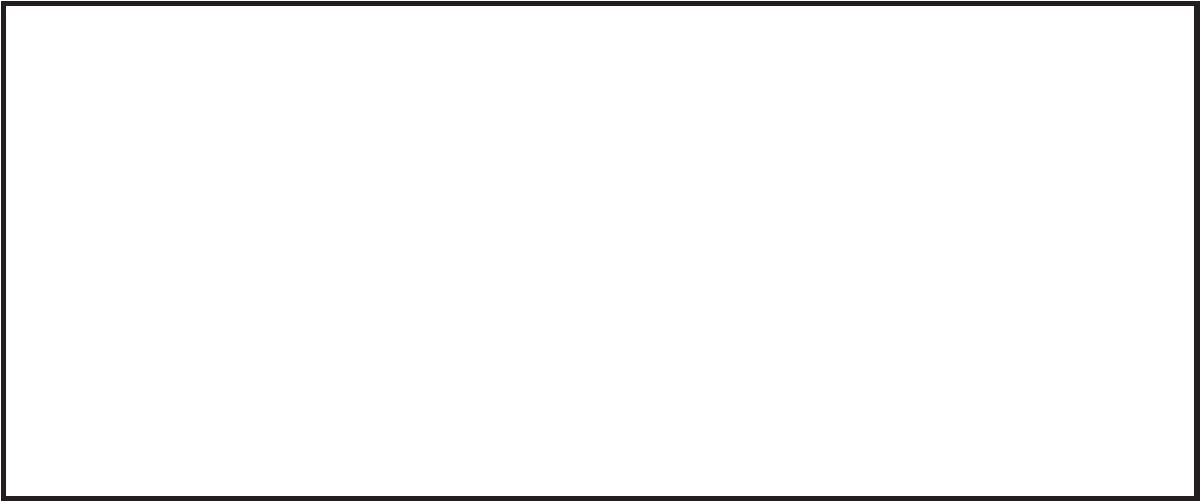
esdep@defensoria.ba.def.br

Tel.: (71) 3117-6918

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. Multicab Empresarial

CEP – 41.219-400, Sussuarana, Salvador-BA



Defensor público geral do Estado da Bahia

Rafson Saraiva Ximenes

Subdefensora pública geral do Estado da Bahia

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Coordenadora das Defensorias Públicas Especializadas

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

Coordenador das Defensorias Públicas Regionais

Walter Nunes Fonseca Junior

Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

Clériston Cavalcante de Macêdo

Coordenadoras da Defensoria Pública

Especializada de Direitos Humanos

Eva dos Santos Rodrigues

Lívia Silva de Almeida

Coordenadores do Núcleo de Integração

da Defensoria Pública da Bahia

Cristina Ulm Ferreira de Araújo

Gil Braga de Castro Silva

Maurício Garcia Saporito

Assessora de Gabinete

Fernanda Nunes Morais da Silva



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ...........................................................................9

REFERÊNCIAS .........................................................................29



INTRODUÇÃO

O aumento da letalidade policial não está associado à diminuição de crimes. Estudos

apontam que inexiste qualquer correlação entre o maior número de mortes oriundas

de intervenção das forças de segurança pública e o menor cometimento de delitos.

A história da democracia no Brasil é permeada de massacres, chacinas e execu-

ções em massa. As hostilidades praticadas especialmente contra negros e negras

reﬂetem o caráter sistemático, estrutural e letal da violência policial, que reproduz o

genocídio dessa população.

A sociedade brasileira, marcada pela escravidão e construída a partir de práticas de

racismo, violência e discriminação, ainda ﬁgura resistente a mudanças legislativas

que objetivam a interrupção da violência institucional e a concessão de direitos aos

grupos sociais historicamente discriminados.

De acordo com o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública constitui

dever do Estado e direito de todos os cidadãos, não sendo crível assumir que toda

ação policial deve ser violenta, sob pena de violação do texto literal da Constituição.

Desse modo, a construção de estratégias institucionais para a redução da letali-

dade policial e para a eliminação de violações de direitos humanos deve constituir

ação prioritária.

9

Nesse sentido, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, instituição essencial à

função jurisdicional do Estado, a quem incumbe, como expressão e instrumento

do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos

direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos

individuais e coletivos dos vulneráveis, elaborou 13 medidas que podem ser ado-

tadas para reduzir a ocorrência de intervenções policiais com resultado morte,

como adiante passa a apresentar.

ADOÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS

PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA

As câmeras nos uniformes dos agentes das forças de segurança constituem, pro-

vavelmente, as tecnologias de difusão mais rápidas na história da polícia moderna.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Em uso desde a década de 2000, principalmente nos Estados Unidos, Reino Unido

e Austrália, diversos estudos em todo mundo1 vêm sendo realizados para atestar a

eﬁcácia de utilização destes equipamentos, sobretudo no que diz respeito a redução

do uso da força policial, a ganhos efetivos de transparência e accountability.

No Brasil, a utilização de instrumentos de gravação da atividade policial com o

intuito de coibir abusos policiais e como meio probatório de abusos eventualmente

cometidos, já vem sendo adotado em outras unidades da federação, a exemplo das

polícias militares dos Estados de São Paulo2, Santa Catarina3, Rondônia e, em fase

experimental, no Pará e no Rio Grande do Sul4.

Diversos são os benefícios atribuídos ao monitoramento e registro das ações indivi-

duais dos agentes de segurança pública por meio da instalação de câmeras corpo-

rais. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, organização não-governamental que

se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área de

segurança pública5 e que, há anos, monitora dados da violência policial, aduz que

a execução sumária de suspeitos tem zerado em vários batalhões paulistas após

adoção das câmeras corporais, concluindo que a maior parte dos casos de letalidade

teria ocorrido por uso desproporcional da força.

1

0

Outro benefício potencial é o de conferir maior transparência à atividade-ﬁm das polí-

cias e de possibilitar maior segurança à atividade probatória nas ações penais prove-

nientes do trabalho nas ruas, minimizando a dependência da prova testemunhal, que

apresenta todas as fragilidades inerentes às provas dependentes da memória.

A função do equipamento não seria apenas ﬁscalizar o trabalho policial e seus

potenciais desvios, mas também ﬁgurar como elemento que garanta lisura para a

prova, deixando de basear-se apenas no testemunho.

O uso de câmeras corporais torna possível ainda assegurar a documentação audio-

visual das ocorrências, inclusive no que tange ao consentimento para ingresso no

domicílio, em observância ao artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

1

A guisa de exemplo, veja: Body-worn cameras’ eﬀects on police oﬃcers and citizen behavior:

A systematic review, disponível em https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cl2.1112.

2 https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/01/pms-da-capital-comecam-a-usar-585-came-

ras-em-uniformes-apos-casos-de-violencia-policial-durante-a-pandemia-em-sp.ghtml

3

https://www.pm.sc.gov.br/noticias/policia-militar-lanca-cameras-policiais-individuais

4

https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-01/pesquisadores-analisam-

-

o-uso-de-cameras-por-agentes-de-seguranca

5

Para mais informações, visite: https://forumseguranca.org.br/



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

Com o intuito de colaborar com o processo de implantação das câmeras aqui na

Bahia, a Defensoria Pública do Estado, em julho de 2021, emitiu Nota Técnica

sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça em sede do HC nº 598.051-SP6,

que impunha o aparelhamento do Estado para a execução da busca domiciliar.

O documento foi entregue ao Grupo de Trabalho criado no âmbito da Secretaria

de Segurança Pública para, dentre outras atribuições, elaborar estudos e propostas

no sentido de implantar a utilização de câmeras de monitoramento em viaturas e

coletes (cf. vide Portarias nº 080/2001 e 099/2001 da SSP/Ba).

Ainda em reforço ao trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pela SSP/

BA, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, em consulta realizada pelo citado

grupo, emitiu o PARECER DPE NI/DH nº 001/2021, elaborado pela Coordenação

Penal do Núcleo de Integração da DPE-BA e pela Coordenação Especializada de

Proteção aos Direitos Humanos, opinando pela constitucionalidade da criação de

lei especíﬁca, de iniciativa do executivo estadual, que venha disciplinar a compra e

a necessidade de uso e acesso aos dados coletados por equipamento de ﬁlmagem

individual e em equipamentos utilizados pelas forças de segurança.

Recentemente, motivada pelos acontecimentos na Comunidade da Gamboa,

quando 03 jovens foram mortos pela Polícia Militar, a Defensoria Pública enca-

minhou o Ofício nº 15/2022 DPE/GAB/CDPE/DH, solicitando novas informações

sobre a aquisição das câmeras corporais.

11

Em resposta, a Diretoria de Tecnologia da Informação, órgão integrante da

Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional – SGTO/SSP informou

que “atualmente a licitação encontra-se em sua fase interna, tendo sido vencidas

as etapas de especiﬁcação técnica, inclusive com a realização de consulta pública,

pesquisa de mercado, visando estabelecer o valor referencial da futura contratação,

e deﬁnição da fonte de recursos para custear a prestação do serviço. Na sequência,

seguindo o rito processual do Estado, o processo será enviado para análise de órgãos

sistêmicos, quais sejam, Secretaria de Administração (SAEB), Secretaria da Fazenda

(SEFAZ) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).”

Uma vez adquiridos tais equipamentos, ainda se faz necessário vencer impor-

tantes questões para que a utilização das câmeras corporais alcance, efetivamente,

os benefícios anunciados. Alguns destes caminhos foram lançados na nota técnica

produzida pela Defensoria Pública.

6

O conteúdo decisório ﬁrmado pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no HC nº 598.051-SP foi

anulado pelo Min. Alexandre de Moraes no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.342.077/SP, em dezembro

de 2022. As recomendações exaradas na Nota Técnica da DPE/BA acerca do uso de câmeras policiais, contudo,

permanecem válidas.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

De início, a Defensoria Pública já adverte que a utilização de tais equipamentos não

pode servir de justiﬁcativa para a não adoção de um debate mais amplo e profundo

sobre o modelo de segurança pública adotado pelo Estado Brasileiro. Neste passo,

é preciso reconhecer, ainda, que o uso de câmaras corporais não têm condão, por si

só, de resolver o grave problema da violência policial vivenciado no Estado da Bahia.

Seguindo as orientações da nota técnica, alguns requisitos assumem relevância na

adoção das câmeras corporais, a começar pela necessidade de que a sua implemen-

tação se dê por meio de projeto-piloto especialmente direcionado para o controle da

atividade policial, com realização de estudo de eﬁcácia da ferramenta.

Outro ponto que merece destaque é a construção de um regramento do projeto

piloto, com a participação de entes do poder público - Defensoria Pública do Estado,

Ministério Público, da Ouvidoria da SSP - e representação da sociedade civil.

Controle rígido de resultados, com adoção de prazos de análises deﬁnidos; grupo de

controle e divulgação dos dados no Diário Oﬁcial do Estado; aplicação do projeto

em batalhões com alto índice de letalidade ou de reclamações perante a Ouvidoria

e Corregedorias da SSP e Polícia Militar; amplo acesso das ﬁlmagens à Ouvidoria

da SSP e a representante da Defensoria Pública, do Ministério Público e de obser-

vadores externos da sociedade civil; previsão de falta funcional em caso de descum-

primento das regras para acionamento das câmeras são outras providências que

emergem fundamentais para o sucesso da institucionalização desta política pública.

1

2

Uma vez atendidas tais exigências, a Defensoria Pública entende que a implemen-

tação do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar pode contribuir para a trans-

formação da forma de atuação das forças policiais.

ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL 12.371, DE 21 DE DEZEMBRO

DE 2011, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DEFINIÇÃO E

ACOMPANHAMENTO DE METAS PARA O INDICADOR

ESTRATÉGICO E OUTROS INDICADORES DE CONTROLE

DE CRIMINALIDADE NO ESTADO DA BAHIA, ESTABELECE

REGRAS PARA A CONCESSÃO DO PRÊMIO POR

DESEMPENHO POLICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

PARA INCLUIR A REDUÇÃO DO NÚMERO DE AUTOS DE

RESISTÊNCIA/INTERVENÇÕES POLICIAIS COM RESULTADO



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

MORTE COMO INDICADOR PARA FINS DE CONCESSÃO

DO PRÊMIO POR DESEMPENHO POLICIAL - PDP

A instituição de prêmios por desempenho tem sido muito utilizada pelo Poder

Executivo das diversas unidades da federação como instrumento de fomento e

melhoria na prestação do serviço público.

Criado em 2011, mesmo ano de lançamento do Plano Estadual de Segurança Pública

e da criação do Pacto pela Vida, o Prêmio por Desempenho Policial – PDP foi insti-

tuído na Bahia pela Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011, e disciplinado pela Lei

nº 13.719, de 07 de abril de 2017, como forma de reconhecer o desempenho de poli-

ciais no Estado da Bahia. O Decreto nº 17.817, de 07 de agosto de 2017, por sua vez,

regulamenta o Prêmio por Desempenho Policial - PDP, e dá outras providências.

Conforme a regulamentação, o PDP será atribuído em parcela de caráter eventual

aos servidores das carreiras de Delegado de Polícia Civil, Perito Criminal, Perito

Médico Legista, Perito Odonto-legal, Investigador de Polícia Civil, Escrivão de Polícia

Civil, Perito Técnico, Oﬁciais da Polícia Militar e Praças da Polícia Militar, bem como

aos ocupantes de cargos comissionados, em exercício na Secretaria da Segurança

Pública - SSP, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia,

em função do desempenho no alcance de metas pré-estabelecidas de redução do

número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI.

13

Para os ﬁns do mencionado decreto, consoante o seu § 2º, são considerados CVLI:

I - homicídio doloso: o caput e os §§ 1º e 2º, todos do art. 121 do Código Penal

Brasileiro; II - roubo qualiﬁcado: pelo resultado morte - parte ﬁnal do § 3º do art. 157

do Código Penal Brasileiro; III - lesão corporal seguida de morte: § 3º do art. 129 do

Código Penal Brasileiro.

O artigo 16, do Decreto nº 17.817, de 07 de agosto de 2017, estabelece que a Secretaria

de Segurança Pública deverá aferir o alcance da meta de redução percentual do

número de vítimas de CVLI, com base nos números absolutos desse crime, ocor-

ridos, no Estado da Bahia, no semestre base comparativamente com o semestre de

referência, na forma que dispuser ato normativo especíﬁco.

Em que pese a existência de ressalvas quanto ao modelo de sistema de gratiﬁca-

ções, sobretudo no que refere a adoção de práticas típicas do mundo empresarial

na arena pública (FREITAS, 2015), a Defensoria Pública do Estado propõe o esta-

belecimento da redução dos números de intervenções policiais com resultado

morte como mais um critério indicativo e objetivo para concessão do Prêmio por

Desempenho Policial – PDP.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, apenas no pri-

meiro semestre do referido ano, 534 (quinhentas e trinta e quatro) pessoas mor-

reram em decorrência de intervenção policial na Bahia.

Acredita-se que, com a atualização dos critérios da gratiﬁcação nos moldes suge-

ridos, haverá potencial redução do índice de mortes em decorrência de intervenção

policial, gerando, via de consequência, uma atuação policial menos violenta, per-

mitindo-se, em última análise, maior transparência na coleta de dados estatísticos.

A pesquisa realizada pelo professor Sandro Cabral7, titular do Insper e da UFBA,

sobre o programa de metas no Estado do Rio de Janeiro conﬁrma a aﬁrmação

acima, eis que a mesma demonstrou uma resposta positiva na redução de letali-

dade violenta nos casos de inclusão dos autos de resistência no programa de metas.

Propugna-se, desse modo, que seja dada continuidade ao diálogo iniciado entre

Defensoria Pública do Estado, Comando da Polícia Militar do Estado da Bahia e

Professor Sandro Cabral, em abril de 2021, a ﬁm de que sejam adotadas as provi-

dências necessárias para a implementação de tal medida.

TRANSPARÊNCIA DOS DADOS DA SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA, INCLUINDO O RETORNO

DO SITE DO PACTO PELA VIDA, DE MODO A

PROPICIAR A PRODUÇÃO DE DADOS PARA

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1

4

A produção de dados acerca de segurança pública viabiliza a elaboração de políticas

públicas mais assertivas. Informações reais e seguras, quando analisadas, reunidas,

detalhadas e sobretudo apresentadas aos órgãos necessários e à sociedade civil,

são responsáveis por decisões governamentais menos arbitrárias e, portanto, mais

democráticas e constitucionais.

A persistência da letalidade policial como dilema de segurança pública encontra causa,

dentre outros fatores, nas pseudo soluções montadas pelo aparato estatal, majoritaria-

mente pautadas em discursos e ideologias que não encontram base cientíﬁca.

É importante salientar que o uso de dados empíricos para entender as necessidades

da segurança pública e construir as circunstâncias de seu desenvolvimento só se

torna possível quando eles são devidamente expostos e explorados, ao contrário do

que hoje acontece no Estado da Bahia.

7

https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/20201113\_working-paper\_incentives-police.pdf



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

Com efeito, a partir de mero acesso ao site da Secretaria de Segurança Pública

Estadual, muito pouco se consegue inferir a respeito da atividade desenvolvida

pelas Polícias locais. Não há informações, por exemplo, que deem conta da quanti-

dade de intervenções policiais com resultado morte, não havendo, ainda, exposição

de outros dados a partir de uma perspectiva interseccional, ou seja, que contemple

marcadores sociais de gênero, raça e classe para propiciar uma adequada interpre-

tação dos números que eventualmente sejam publicados.

Políticas públicas de segurança formuladas tendo como parâmetro a avaliação

dos casos, perﬁs e cenários responsáveis pela violência policial tendem à otimi-

zação de recursos (sejam eles monetários, materiais, humanos etc.), à eﬁciência e

eﬁcácia. É preciso conhecer os policiais envolvidos, bem como as vítimas e suas

raças, gêneros e classes, determinantes nesta conjuntura nacional indiscutivel-

mente desigual e intolerante.

A transparência de dados pela Secretaria de Segurança Pública, com expressa soli-

citação de publicização mensal e periódica dos dados relacionados à segurança

pública no Estado da Bahia, consiste, ainda, em reivindicação importante da socie-

dade civil.8

1

5

Assim sendo, postula-se à Secretaria de Segurança Pública, com urgência, que

sejam adotadas medidas no sentido de viabilizar a transparência de dados, guiando

o Estado e a sociedade civil na identiﬁcação e planejamento de novas políticas

necessárias, bem como reelaboração daquelas ineﬁcazes.

De forma especial, a Defensoria Pública do Estado da Bahia demanda, ainda,

o retorno do site do “Pacto pela Vida”, atualmente inativo, com a exposição de todos

os dados referentes à execução do projeto, a ﬁm de que sejam submetidos ao crivo

da sociedade civil, que deverá participar de forma ativa da construção de outras

políticas em segurança pública.

REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

PARA INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR, COM A

PRESENÇA DE INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA, EM

ESPECIAL A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, ORDEM

DOS ADVOGADOS DO BRASIL E MINISTÉRIO PÚBLICO

8

Denúncia das Organizações da Sociedade Civil contra a violência das Forças de Segurança Pública do

Estado da Bahia. Em defesa dos Direitos à Vida da População Negra. Carta contra o Genocíﬁo Negro. Documento

lido e entregue ao Secretário de Segurança Pública em reunião realizada no dia 08.03.2022, quando foram recebi-

dos familiares da Chacina da Gamboa, moradores da Comunidade, representações de movimentos sociais, como

IDEAS - Assessoria Popular, CEN - Coletivo de Entidades Negras, dentre outros. A reunião contou, ainda, com a

participação da Defensoria Pública do Estado.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

DO ESTADO, UNIVERSIDADES E REPRESENTAÇÕES DA

SOCIEDADE CIVIL INTEGRANTES DOS MOVIMENTOS

NEGRO, LGBTQIA+, MULHERES, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO

DE RUA, DENTRE OUTROS GRUPOS VULNERABILIZADOS

Além de ter sido o último país do mundo a abolir a escravidão, na abolição não foi

pensada nenhuma política para ajudar os ex-cativos a iniciar a vida livre. Pelo con-

trário, a legislação apenas criava diﬁculdades.

Novas formas de controle da população negra foram então implementadas, uma

vez que o domínio senhorial não existia mais.

Nos séculos seguintes, pouca coisa mudou. Manifestações culturais da população

negra foram criminalizadas: samba, capoeira, funk, rap, graﬁte. Lideranças polí-

ticas passaram décadas propondo estratégias de “branqueamento” da população.

De forma discreta, a nossa fala passou a incorporar termos como “cabelo ruim”,

“preto de alma branca”, “denegrir”, que sempre associavam a pele escura a caracte-

rísticas negativas e a pele clara à virtude.

1

6

O resultado não poderia ser outro. O Brasil tem o racismo espalhado por todas as

suas instituições. Todas, sem exceção. Nosso trabalho é lutar contra ele, sempre.

Nas instituições policiais ainda hoje estamos tentando demonstrar que muitas abor-

dagens policiais truculentas ocorrem em razão da discriminação racial. Tanto quem

atira quanto quem morre são negros e por isso estamos nesse processo de convenci-

mento de que a violência policial é fruto do racismo. Além disso, a própria aﬁrmação

do racismo gera um sentimento de conformismo e de isenção de responsabilidade

das autoridades políticas que têm o dever de combater e modiﬁcar essa realidade.

Justamente por não ser uma tarefa simples, necessitamos de uma formação verda-

deiramente antirracista e mais aprofundada.

CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA

BAHIA E A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR O PAGAMENTO DE



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

INDENIZAÇÃO POR VIA ADMINISTRATIVA EM CASOS DE

VIOLÊNCIA POLICIAL ACOMPANHADOS PELA DPE/BA

Em 2015, 12 jovens negros da Vila Moisés foram mortos em uma ação policial, que

ﬁcou conhecida como Chacina do Cabula9. 05 anos depois, Micael Silva Santos,

1

2 anos, foi morto após ser baleado durante ação da Polícia Militar, no bairro do Vale

das Pedrinhas10. Um ano depois, em março de 2021, Ryan Andrew Pereira Tourinho

Nascimento, 09 anos, foi morto com um tiro durante uma ação policial, em março

de 2021, também no Vale das Pedrinhas11. Há pouco menos de um mês, 03 jovens

da comunidade da Gamboa foram mortos durante ação da Polícia Militar12.

Todos esses casos têm em comum, além do fato de serem acompanhados pela

Defensoria Púlbica, a morte de crianças e jovens negros pelo Estado da Bahia no

curso de ações empreendidas pela Polícia Militar e a ausência de ações reparató-

rias por parte do Estado que busquem, minimamente, amparar a dor sofrida pelos

seus familiares.

Diante deste nebuloso contexto e, considerando que a Constituição Federal impõe ao

Estado o dever de responder pelos danos que seus agentes nessa qualidade causarem

a terceiros, a Defensoria Pública do Estado propôs à Procuradoria Geral do Estado a

celebração de termo de cooperação técnica, com o objetivo de promover a resolução

extrajudicial dos conﬂitos calcados na responsabilidade civil inequívoca do Estado da

Bahia diante dos casos de violência policial acompanhados pela instituição.

17

A presente medida mostra-se apta a promover maior celeridade e eﬁciência na com-

pensação dos danos materiais, morais e estéticos, causados pelas graves violações

de direitos humanos sofridas pelas vítimas e seus familiares, já extremamente vulne-

rabilizados pela violência sofrida, evitando-se um longo e penoso processo judicial.

Intui-se com o presente termo a criação de procedimento sistematizado e célere

entre os cooperantes para atendimento humanizado e assessoria jurídica às vítimas

(ou seus beneﬁciários), a ﬁm de que a eles sejam conferidas as indenizações decor-

rentes dos óbitos e/ou lesões ocasionadas por disparo de arma de fogo no curso de

operação policial.

9 http://www.defensoria.ba.def.br/noticias/federalizacao-do-caso-do-cabula-foi-tema-de-audiencia-pu-

blica-na-esdep/

1

-

0

https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/estudante-de-12-anos-morre-em-acao-da-pm-familia-

nega-confronto/

1

-

1

https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/07/23/vizinha-que-socorreu-menino-de-9-anos-morto-

em-acao-da-policia-reconhece-pm-em-reconstituicao-botou-igual-a-um-bicho-na-mala.ghtml

1

2

https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/gamboa-defensoria-presta-atendimento-juridico-e-psicosso-

cial-aos-familiares-de-jovens-mortos/



Defensoria Pública do Estado da Bahia

O valor obtido por meio do presente instrumento será revertido integralmente em

favor da vítima e/ou beneﬁciários, pois ausente a participação de advogado privado,

não havendo assim honorários advocatícios ou quaisquer outras verbas.

Além de alcançar as vítimas diretas de tais atuações, a formalização do presente

termo de cooperação beneﬁcia, ainda, a sociedade, vítima indireta, em seus efeitos,

na medida em que confere a esta a sensação de que situações como a que estão

sendo objeto do acordo não sairão impunes, aumentando a crença num Estado

Democrático de Direito.

Tal medida, adotada pelo Estado do Rio de Janeiro desde 2016, certamente trará

benefícios para diversas famílias baianas que sofreram com a atuação violenta do

Estado. O Ofício 84/2021, da Coordenação da Especializada de Direitos Humanos

protocolado via SEI em julho de 2021 segue aguardando posicionamento da PGE13.

CRIAÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE CANAL DE ATENDIMENTO À

POPULAÇÃO NO ÂMBITO DA SSP PARA FORNECIMENTO

DE INFORMAÇÕES EM CASOS DE DESAPARECIMENTO

DE PESSOAS APÓS ABORDAGEM POLICIAL

1

8

Não raras são as vezes que a Defensoria Pública do Estado da Bahia é acionada

por representações e lideranças de movimentos sociais, em especial do Movimento

Negro, em busca de socorro em face de abordagens policiais que resultam na

apreensão (e desaparecimento) de jovens negros supostamente supeitos.

O caso de Davi Fiuza é emblemático. Em outubro de 2014, testemunhas viram um

jovem negro de 16 anos, encapuzado, pés e mãos amarrados, ser colocado no porta

malas de um carro azul e branco, junto a viaturas de polícia, no bairro São Cristóvão.

Depois disso Davi Fiuza nunca mais foi visto, e se junta a Jean Carlos, Sérgio Luiz,

Luiz Ricardo, Rildean e Matheus Silva, jovens desaparecidos em Salvador.14

Mais recentemente, a Defensoria Pública do Estado, instada por familiares e amigos

de Geovane Santana Mascarenhas, jovem negro que teve o corpo encontrado sem

cabeça, carbonizado, com remoção de tatuagens e dos seus órgãos genitais em

agosto de 2014, após ser abordado por policiais militares em Salvador15, deu início

a tratativas para criação de um canal de atendimento/denúncia/pedido de socorro

nos casos de abordagens policiais e ausência de notícias da pessoa abordada.

1

1

3

SEI 108.0080.201.0005682-70. O processo foi concluído no sistema a pedido da PGE.

4

https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/outros-davis-conheca-casos-de-outros-jovens-desapa-

recidos-em-salvador/

1

5

https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/geovane-foi-executado-na-sede-da-rondesp-no-lobato/



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

A provocação para criação de canal especíﬁco no âmbito da Secretaria de

Segurança Pública foi reforçada após a Defensoria Pública ter participado da exi-

bição do ﬁlme “Sem Descanso”, produção dirigida por Bernard Attal, que retrata a

violência policial a partir da morte de Geovane, no dia 01 próximo passado, logo

após a chacina da Gamboa.

Isto porque o pai de Geovane, Jurandy Santana, mesmo tendo recorrido a

diversas autoridades- que incluem Delegacias, Hospitais, Instituto médico legal e

Corregedoria - somente encontrou o corpo do seu ﬁlho após o aparecimento de

uma ﬁlmagem e posterior publicação de matéria pelo jornal Correio. Infelizmente,

quando isso aconteceu, dias depois da abordagem, seu ﬁlho já estava morto.

Nos moldes do 190, os familiares de desaparecidos após abordagem policial devem

ter a quem recorrer para buscar informações. Além disso, as autoridades terão ime-

diato conhecimento da abordagem realizada e poderão atuar para evitar desfe-

chos como esses que mencionamos. A Defensoria Pública iniciou tratativas com

o Comando da Polícia Militar e com as Superintendências de Telecomunicações e

de Prevenção à Violência, da própria Secretaria de Segurança Pública, tendo enca-

minhado o Ofício 23/2022 DPE/DH no dia 10 de março renovando solicitação à

SPREV para a criação do referido canal, suscitando, na oportunidade, informações

acerca das diligência já adotadas.

1

9

CRIAÇÃO/IMPLANTAÇÃO DO APLICATIVO “MAPA DA

VIOLÊNCIA POLICIAL”, PELA DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DA BAHIA, COM O OBJETIVO DE PRESTAR

ATENDIMENTO E COLETAR DADOS E INFORMAÇÕES DE

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLICIAL NO ESTADO DA BAHIA

A violência policial enfraquece a democracia, fomentando a desigualdade e a discri-

minação, sendo necessário melhor enfrentamento às violações aos direitos humanos.

A criação do aplicativo “Mapa da Violência Policial” pela Defensoria Pública

do Estado da Bahia tem o objetivo de possibilitar a realização de denúncias, o

mapeamento da violência policial no Estado da Bahia, além de viabilizar a coleta

de dados para a promoção de ações e de políticas públicas e o esclarecimento de

dúvidas pela população.

Pretende-se, desse modo, o aperfeiçoamento das práticas voltadas à preservação e

à reparação de pessoas da violência estatal, em especial.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

ABOLIÇÃO/REVOGAÇÃO/RETIRADA DO AR DO

BARALHO DO CRIME, PUBLICAÇÃO CRIADA NO ANO

DE 2008 PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DO ESTADO DA BAHIA, FERRAMENTA UTILIZADA

COMO ATALHO NA ATIVIDADE DIÁRIA DOS POLICIAIS

EM TODO ESTADO (INFORMAÇÃO DO SITE)

O Baralho do Crime divulga, por meio do site do Disque Denúncia, fotos de indiví-

duos, ditos de maior periculosidade no estado, juntamente a seus nomes, apelidos,

suas “áreas de atuação” e supostos crimes cometidos para conhecimento do público

em geral, em especial da polícia baiana, sob a justiﬁcativa de facilitar sua atividade e

conter a criminalidade. Evidente que, para os policiais, o Baralho representa, muitas

vezes, a demarcação de alvos, incentivando a letalidade policial.

Esta exposição, que ignora quaisquer princípios penais e constitucionais de proteção

a direitos individuais (tais quais imagem, honra, moral, reputação social), de garantia

de presunção de inocência e de contraditório e ampla defesa, todos previstos no

art. 5º da Constituição Federal, é por si ilegal. O quadro se agrava ao se analisarem

os resultados diante de ações policiais violentas: os sujeitos perdem direito a julga-

mento e defesa, quando não perdem suas próprias vidas.

20

Falsas acusações também não são incomuns, visto que muitos dos expostos nas

Cartas não chegaram a ser sequer julgados ou condenados. Essas publicações

apenas reforçam o poder policial diante do processo legal e do ordenamento jurí-

dico, cuja supremacia (incluindo da própria Constituição) ignora-se.

A abolição do Baralho do Crime signiﬁca, para a população baiana, garantia de

maior sensação social de segurança, além de proteção da imagem social e honra

dos sujeitos. Para o combate à letalidade policial, signiﬁca obstáculo a confrontos

e abordagens policiais — que não permite aos envolvidos o acesso ao devido julga-

mento, como previsto por lei, mas geram condenações indevidas e mortes.

REVOGAÇÃO DO ARTIGO 7º, §4º; ARTIGO 8º,

§2º; ARTIGO 17, §4º E ARTIGO 18 DA INSTRUÇÃO

NORMATIVA CONJUNTA SSP/PM/CBM/PC/DPT Nº 1,

DE 08/07/2019 QUE VERSA SOBRE A INVESTIGAÇÃO



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA COMETIDOS

POR POLICIAIS MILITARES CONTRA CIVIS

A Instrução Normativa Conjunta nº 01/2019 contém assunto da maior relevância

para o Estado da Bahia, que, atualmente, encarta a terceira posição dos Estados

com maior índice de letalidade policial do País16.

Em que pese os esforços envidados para a construção do referido documento, o ato

administrativo em questão contém dispositivos que ensejam sérias controvérsias

acerca de sua constitucionalidade.

DA IMPOSIÇÃO DE RESTRIÇÕES À APURAÇÃO DE MORTES

DE CIVIS CAUSADAS POR POLICIAIS MILITARES.

Os artigos 8º, § 2º e artigo 17, § 4º, da Instrução Normativa Conjunta nº 01/2019,

restringem a atribuição investigativa da Polícia Civil, estabelecendo que, em casos

de homicídios ou lesões provocadas por policiais militares contra civis, a abertura

de inquérito na Polícia Civil estará condicionada ao requerimento do Ministério

Público, Secretário de Segurança Pública ou Delegado Geral da Polícia Civil, ﬁxando,

ao arrepio das normas constitucionais, primordialmente à própria Polícia Militar a

investigação dos referidos fatos.

21

Não é demasiado destacar que nos termos dos artigos 125, §4º, da Constituição

Federal, os crimes dolosos contra a vida cometidos por policiais militares contra civis

permanecem na competência da Justiça Comum, em razão da ressalva à compe-

tência do Júri Popular. Acrescente-se que, nos termos do artigo 144, §4º, da CF/88,

compete à Polícia Civil a atividade investigativa dos crimes de atribuição da Justiça

Comum estadual.

Desta forma, através de um ato administrativo infralegal, viola-se a determi-

nação da atribuição investigativa da Polícia Civil da Bahia, nos termos ﬁxados

pela Constituição Federal, condicionando a sua atuação à requisição do Ministério

Público, da Secretaria de Segurança Pública ou da Delegacia Geral da Polícia Civil.

O ato administrativo ainda viola a competência exclusiva da União para legislar

sobre direito processual penal, uma vez que tacitamente revoga o artigo 5º, I, do

Código de Processo Penal, que admite a instauração de ofício do Inquérito Policial

nos casos de ação penal pública.

1

-

6

https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/09/03/monitor-da-violencia-bahia-e-o-3o-estado-com-

mais-casos-de-pessoas-mortas-pela-policia-no-1o-semestre-de-2020.ghtml



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Ressalte-se que, nos termos postos, a norma estabelece que, como regra, crimes,

inclusive dolosos contra a vida, cometidos por policiais militares contra civis, serão

investigados na própria corporação militar, solapando a atribuição da polícia civil e

abrindo caminho para corporativismos e impunidade.

DA EXCLUSÃO DE INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIO EM

SUPOSTA SITUAÇÃO DE EXCLUDENTE DE ILICITUDE

O artigo 7, § 4º, da referida Instrução Normativa, ﬁxa, para seus ﬁns, o que considera

ser homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, estabelecendo que estes

tipos penais somente ocorrem quando não identiﬁcadas as excludentes de ilicitude,

em especial, a legítima defesa.

Ao assim fazer, o ato administrativo inverte não somente toda a lógica da teoria

do delito, que deve, primeiro, identiﬁcar a ocorrência do fato típico para, somente

depois, analisar a existência de excludentes de ilicitude, mas, em especial, modiﬁca

o procedimento previsto no âmbito do Código de Processo Penal.

Nos termos das normas processuais penais - artigo 17 do CPP -, é vedada à auto-

ridade policial arquivar o inquérito. Para arquivamento do inquérito, inclusive no

caso de veriﬁcação prima facie da existência de excludente de ilicitude, compete ao

Ministério Público realizar tal requerimento à autoridade judicial, que poderá aco-

lher ou rejeitar. Neste último caso, encaminhará os autos do Inquérito ao Procurador

Geral de Justiça - nos termos do artigo 28, do CPP.

2

2

O ato normativo estadual, novamente, viola a competência exclusiva da União para

legislar sobre o direito processual penal, criando um arquivamento prima facie do

inquérito pela própria autoridade policial, quando, ao seu exclusivo critério, entender

veriﬁcada a excludente de ilicitude, em especial da legítima defesa, usurpando a

atribuição do Ministério Público de requerer o arquivamento e da autoridade judicial

de apreciá-lo.

Note-se que, neste ponto, o ato administrativo estadual converge com a proposta

do chamado projeto Anticrime, que pretendia ampliar o conceito de legítima defesa

criando uma verdadeira “licença para matar” para policiais militares. No caso da

Instrução Normativa estadual, cria-se a licença para matar, por meio da garantia de

que, uma vez cometido o homicídio, este não será sequer objeto de inquérito para

investigação, quando alegada a legítima defesa.



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

DA SUBNOTIFICAÇÃO DE HOMICÍDIOS E

DETURPAÇÃO DA ESTATÍSTICA OFICIAL

O artigo 18, da Instrução Normativa que ora se trata, entende por “justiﬁcada” a

morte de civil cometida por policial militar desde que o policial a comunique espon-

taneamente e tome as providências administrativas cabíveis.

Além da absoluta imprecisão do termo “morte justiﬁcada”, que não guarda paridade

com as categorias do direito penal e processual penal, o artigo 22, do referido ato

administrativo, estabelece que somente a morte considera “não justiﬁcada” será

computada para ﬁns de estatística como crime violento intencional.

Por meio desta determinação, a referida Instrução Normativa vicia informações de

natureza pública, subnotiﬁcando as situações de mortes cometidas por policiais

existentes no Estado da Bahia, o que viola o dever de moralidade e transparência do

Estado, bem como impacta na própria formulação da política de Segurança Pública,

que, a partir dos dados estatísticos subnotiﬁcados, põe um véu no grave problema

da violência policial.

Convém registrar, por oportuno, que os artigos acima mencionados da IN 01/2019

já estão submetidos ao crivo do Tribunal de Justiça por ﬂagrante inconstitucionali-

dade, objeto do Mandado de Segurança 8016412-88.2019.8.05.0000, do Sindicato

dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia - ADPEB e da Representação por

Inconstitucionalidade do Ministério Público, que tramita sob o nº 8026325-

23

26.2021.8.05.0000.

Ainda que remanesça no Brasil a indesejável divisão das forças de segurança, bem

como do ciclo da investigação, impedir que a polícia civil exerça com liberdade sua

função de polícia judiciária é um dos fatores que inﬂuenciam os altos índices de

letalidade policial no estado.

Dessa forma solicitamos, diante da controvérsia acerca da constitucionalidade

dos artigos 7º, §4º; artigo 8º, §2º; artigo artigo 17, §4º e artigo 18 da Instrução

Normativa Conjunta SSP/PM/CBM/PC/DPT nº 1, de 08/07/2019, que a Secretaria

de Segurança Pública os revogue de ofício.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

CUMPRIMENTO DO ARTIGO 23 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA

CONJUNTA SSP/PM/CBM/PC/DPT Nº 1, DE 08/07/2019, QUE

DETERMINA A COMUNICAÇÃO, SEMANAL E VIA CORREIO

ELETRÔNICO INSTITUCIONAL, À CORREGEDORIA GERAL DA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, À CORREGEDORIA

GERAL DA CORPORAÇÃO MILITAR E À COORDENAÇÃO

DE DOCUMENTAÇÃO E ESTATÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

DE TODAS INSTAURAÇÕES DE INQUÉRITOS POLICIAL

PARA APURAR HOMICÍDIO DOLOSO CONSUMADO OU

TENTADO, INCLUSIVE O PRATICADO CONTRA CIVIL,

HOMICÍDIO CULPOSO OU LESÃO CORPORAL SEGUIDA

DE MORTE ATRIBUÍDA A MILITAR ESTADUAL

A Instrução Normativa Conjunta SSP/PM/CBM/PC/DPT nº 1, de 08/07/2019,

dispõe sobre as medidas de polícia judiciária que devem ser adotadas em casos de

crime violento letal intencional - CVLI atribuído a militar estadual, inclusive quando

a vítima seja civil, e disciplina a apuração da morte ou lesão corporal de civil em con-

fronto com militar estadual em serviço, disciplina a apuração de condutas correlatas

atribuídas a policial civil e dá outras providências.

24

O seu artigo 23, posicionado no Capítulo IV, intitulado “Da Apuração disciplinar decor-

rente de crimes atribuídos a militares que resultem em morte ou sua tentativa”, prevê

que todas as instaurações de inquéritos policiais para apurar homicídio doloso, consu-

mado ou tentado, inclusive o praticado contra civil, homicídio culposo e lesão corporal

seguida de morte atribuída a militar estadual deverão ser comunicadas, semanalmente

e via correio eletrônico institucional, à Corregedoria Geral da Secretaria da Segurança

Pública (corregedoria.geral1@ssp.ba.gov.br), à Corregedoria Geral da corporação militar

e à Coordenação de Documentação e Estatística da Polícia Civil, a ﬁm de que sejam

instaurados os respectivos processos administrativos disciplinares e para que sejam

produzidos os dados estatísticos acerca daqueles inquéritos.

A defesa pelo ﬁel e rigoroso cumprimento do dispositivo em destaque encarta

relevante valor, na medida em que proporciona maior transparência e controle da

atividade policial, com contemporâneo acompanhamento e apuração de abusos e

excessos, auxiliando no combate à letalidade policial e na construção de políticas

públicas baseadas em dados concretos.



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

CUMPRIMENTO DA DECISÃO DA SEXTA TURMA DO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), NO HC 598.051,

QUE ESTABELECE PARÂMETROS PARA PARA A ATUAÇÃO

DE INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA

PÚBLICA - SESP EM SITUAÇÕES URGENTES E LEGÍTIMAS

QUE POSSAM OCASIONAR MITIGAÇÃO DE DIREITOS

FUNDAMENTAIS, EM ESPECIAL, À INVIOLABILIDADE

DE DOMICÍLIO, EVITANDO SITUAÇÕES DE ILICITUDE

QUE POSSAM IMPLICAR RESPONSABILIDADE

ADMINISTRATIVA, CIVIL E/OU PENAL DO AGENTE

ESTATAL, BEM COMO NULIDADE DE PROVAS

Em 02 de março de 2021, o Superior Tribunal de Justiça, pela sua 6ª Turma, con-

cedeu ordem de Habeas Corpus 598.051 - SP, a unanimidade, para considerar que

não havendo justa causa ou comprovação de consentimento válido para o ingresso

no domicílio, garantia constitucional prevista expressamente no art. 5.º da CF, é de

se reconhecer a ilicitude das provas por tal meio obtidas, bem como todas as que

delas decorrerem.

25

Ao ﬁrmar o precedente, foram sedimentadas 05 teses centrais, a saber:

i. Na hipótese de suspeita de crime em ﬂagrante, exige-se, em termos de standard pro-

batório para ingresso no domicílio do suspeito sem mandado judicial, a existência de

fundadas razões (justa causa), aferidas de modo objetivo e devidamente justiﬁcadas,

de maneira a indicar que dentro da casa ocorre situação de ﬂagrante delito;

ii. O tráﬁco ilícito de entorpecentes, em que pese ser classiﬁcado como crime de

natureza permanente, nem sempre autoriza a entrada sem mandado no domicílio

onde supostamente se encontra a droga. Apenas será permitido o ingresso em

situações de urgência, quando se concluir que do atraso decorrente da obtenção de

mandado judicial se possa, objetiva e concretamente, inferir que a prova do crime

(ou a própria droga) será destruída ou ocultada;

iii. O consentimento do morador, para validar o ingresso de agentes estatais em sua

casa e a busca e apreensão de objetos relacionados ao crime, precisa ser voluntário

e livre de qualquer tipo de constrangimento ou coação;

iv. A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para ingresso na

residência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser feita com

declaração assinada pela pessoa que autorizou o ingresso domiciliar, indicando-se,



Defensoria Pública do Estado da Bahia

sempre que possível, testemunhas do ato. Em todo caso, a operação deve ser regis-

trada em áudio-vídeo, e preservada tal prova enquanto durar o processo, e;

v. A violação a essas regras e condições legais e constitucionais para ingresso no

domicílio alheio resulta na ilicitude das provas obtidas em decorrência da medida,

bem como das demais provas que dela decorrerem em relação de causalidade, sem

prejuízo de eventual responsabilização penal dos agentes públicos que tenham rea-

lizado a diligência.

Também é de conhecimento dessa Defensoria Pública que o min Alexandre de

Moraes, no RE 1.342.077, decidiu que é incabível ao Poder Judiciário, em sede de

Habeas Corpus individual, determinar ao Poder Executivo que faça o aparelha-

mento de suas polícias como medida obrigatória para executar buscas domiciliares,

sob o argumento de serem necessárias para evitar eventuais abusos e ilegalidades,

entretanto nessa mesma decisão o ministro entendeu que a prova colhida ainda

permanecia eivada de ilegalidade.

Assim, a ﬁm de evitar novos reconhecimentos de ilegalidades na colheita da prova

processual penal, bem como a ﬁm de conferir maior transparência à atividade poli-

cial, entendemos que a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo de uso indivi-

dual se faz necessária.

26

OBSERVÂNCIA DA CARTILHA DE ABORDAGEM

POLICIAL PUBLICADA PELA DEFENSORA

PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Publicada inicialmente no ano de 2019, com grande repercussão junto à população,

a cartilha “O que você precisa saber sobre abordagem policial”, da Defensoria Pública

do Estado da Bahia, foi revisada, ampliada e atualizada no ano de 2021, tendo con-

tado com a Polícia Militar do Estado da Bahia e a Ouvidoria Geral da DPE/BA.

Com o propósito de que seja utilizado como instrumento de empoderamento de

uma política de segurança pública que preze pela humanização de suas atividades,

servindo, ainda, como difusor da cidadania e do combate aos preconceitos, o docu-

mento foi lançado no dia 22/07/2021 em audiência promovida pela Assembleia

Legislativa da Bahia – ALBA e pela Câmara de Vereadores de Salvador, tendo sido

disponibilizado na internet.

Dentre os assuntos abordados, estão inseridas informações sobre “Quem cuida da

nossa segurança”, “Como se portar diante da abordagem policial”, “Abordagem na

rua”, “Uso de algemas”, “Prisão/Apreensão em ﬂagrante”, “Abordagem em casa”,



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

“

Na delegacia”, “É crime!”, “Onde encontrar a Defensoria Pública?” e “Outras institui-

ções e órgãos a quem procurar em caso de violência institucional”.

O material visa dar ainda mais clareza aos cidadãos e também aos proﬁssionais de

segurança sobre os procedimentos de abordagem permitidos e sobre o que pode ser

considerado abuso de autoridade.

A cartilha da DPE/BA pretende difundir o máximo de conhecimento em relação aos

direitos da população durante uma abordagem, mas também sobre quais são suas

obrigações na hora do procedimento. O intuito também é promover um combate

mais efetivo ao preconceito. A questão racial é um dos pontos fortes da cartilha, já

que os policiais em muitas situações costumam ser tanto agentes quanto vítimas.

Reitere-se que a nova versão do documento contou com alterações realizadas pela

própria Polícia Militar do Estado da Bahia, tendo sido realizadas alterações e acrés-

cimos importantes, como a abordagem a grupos vulnerabilizados, a importância

do chamado “aviso de Miranda” (não obrigatoriedade da produção de prova contra

si mesmo) e também sobre as situações de legalidade ou não no momento de se

adentrar em domicílios.

27

Dessa forma, considerando a pluralidade de órgãos envolvidos na construção do

documento, e na sua relevância para a difusão de conhecimento jurídico entre

a população - notadamente aquela que costuma ser alvo das abordagens com

maior frequência -, a Defensoria Pública do Estado da Bahia demanda o seu inte-

gral cumprimento.

POLÍTICA DE CONTROLE DE ARMAMENTO

Com o propósito de reduzir a letalidade policial, indispensável se demonstra a

garantia de uma política de controle responsável de porte e posse de armas.

A tentativa de restrição ao uso de armas no Brasil é sempre permeada de resistência,

o que pode ser visualizado nas iniciativas para revogação ou enfraquecimento do

Estatuto do Desarmamento, marco importante para a redução da letalidade, que,

de modo geral, proíbe o porte de armas para civis e restringe a sua posse.

Com o afrouxamento das regras, nos últimos anos, quase duplicou-se o número de

armas legais em posse de civis, passando de 697 mil, em 2018, para 1,15 milhão, em

2020, segundo levantamento feito pelo Instituto Sou da Paz, em parceria com o

Instituto Igarapé para o jornal O Globo, muito embora não tenha sido implementada

a contrapartida de melhoria da capacidade de controle e ﬁscalização desse arsenal.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Antes, havia a necessidade de se justiﬁcar a compra de uma arma. Hoje, impera a

presunção de veracidade na declaração, sendo o ônus probatório da polícia, caso

efetue a negativa da aquisição. Além disso, visitas de ﬁscalização precisam ser

comunicadas com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

A ﬂexibilização de posse e porte de armas ocasiona importante ônus para a ati-

vidade policial, que sofre maior risco em sua atuação diária, com aumento das

chances de desvios. As abordagens policiais tendem a ser mais violentas, pois não

se sabe quem está ou não armado.

Defensável, desse modo, a consolidação de políticas públicas para o controle de

armamento através do fortalecimento da capacidade policial; da limitação ao acesso

das armas, com requisitos objetivos; da criação de estrutura no governo capaz de

mapear e monitorar as armas em circulação; da ﬁscalização do uso das armas para

a ﬁnalidade informada; e da possibilidade de rastreamento de armas envolvidas em

crime e utilização das informações obtidas para auxílio das investigações.

2

8



1

3 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Isabela. MATOSINHOS, Isabella. É preciso uma segurança

pública baseada em evidências. Justiﬁcando, 2021. Disponível em https://

www.justiﬁcando.com/2021/10/19/por-elas-e-preciso-uma-seguranca-

publica-baseada-em-evidencias/ . Acesso em 17 de março de 2022.

BAHIA, Defensoria Pública do Estado. O que você precisa saber

sobre abordagem policial. 2ª ed. Salvador: ESDEP, 2021. Disponível

em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2019/06/

sanitize\_220721-050720.pdf. Acesso em 15 de março de 2022.

FREITAS, Felipe da Silva. Discursos e Práticas das Políticas de Controle de

Homicídios: Uma análise do “Pacto pela Vida” do Estado da Bahia (2011 - 2014).

Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18760/1/2015\_

FelipedaSilvaFreitas.pdf. Acesso em 20 de março de 2022.

29

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário

Brasileiro de Segurança Pública 2020. Disponível em https://

forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-

2020-v1-interativo.pdf. Acesso em 20 de março de 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino (2018). A importância da informação estatística

para as políticas sociais no Brasil: breve reﬂexão sobre a experiência do passado

para considerar no presente. Revista Brasileira De Estudos De População,

3

5(1), 1–10, 2018. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbepop/a/77qbqW

dQWx3b5gg7wLVmtsF/?lang=pt#. Acesso em 17 de março de 2022.

Keeping the dream alive: The role of expectancy in group-based

pay-for-performance programs. Disponível em https://www.insper.

edu.br/wp-content/uploads/2020/11/20201113\_working-paper\_

incentives-police.pdf. Acesso em 20 de março de 2022.

MENDONÇA, Natassia Thamizy Araújo Lima. O Baralho do Crime

da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia: Uma Crítica

Criminológica e Constitucional. Âmbito Jurídico, 2019. Disponível em

https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/o-baralho-do-crime-

da-secretaria-de-seguranca-publica-do-estado-da-bahia-uma-critica-

criminologica-e-constitucional/ . Acesso em 17 de março de 2022.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

VAZ, Wesley. XAVIER, Fabio Correa. A importância da qualidade

de dados para a eﬁciência e efetividade das políticas públicas. MIT

Technology Review, 2021. Disponível em https://mittechreview.com.

br/a-importancia-da-qualidade-de-dados-para-a-eﬁciencia-e-efetividade-

das-politicas-publicas/ . Acesso em 17 de março de 2022.

30



Ou pelo número

800 071 3121

0

Siga nossas redes sociais: @defensoriabahia

www.defensoria.ba.def.br

